

SOCIOLOGIA ON LINE

Editorial

2025, n.º 39 [Número Especial], e2025398, pp. 1-10

<https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2025.39.8>

Normas de submissão para Números Especiais:

<https://revista.aps.pt/pt/normas-numeros-especiais/>



<https://revista.aps.pt/pt/inicio/>

“VELHOS” ATORES, NOVAS FORMAS DE TRABALHO E GOVERNAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS

“OLD” ACTORS, NEW FORMS OF WORK AND THE GOVERNANCE OF LABOUR RELATIONS

Hermes Augusto Costa

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação do rascunho original, Redação - revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais. Avenida Dias da Silva, 165, 3004-512, Coimbra, Portugal

E-mail: hermes@fe.uc.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7873-4440>

Ana Paula Marques

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

E-mail: amarques@ics.uminho.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9458-2915>

Paula Urze

FUNÇÕES: Concetualização, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Redação – revisão e edição

AFILIAÇÃO: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT). 2829-516, Caparica, Almada, Portugal

E-mail: pcu@fct.unl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0705-0302>

Este número da *SOCIOLOGIA ON LINE* é organizado pela Secção Temática “Trabalho, Organizações e Profissões” da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). O conjunto de textos aqui reunidos resulta de uma seleção que fizemos de um volume diversificado de comunicações resultantes do XII Congresso da APS, acolhido na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra entre 4 e 6 de abril de 2023, e tendo como tema de fundo *Sociedades Polarizadas? Desafios para a Sociologia*.

Sendo o mundo do trabalho composto por uma diversidade de espaços e de tempos propícios à confluência de pessoas, organizações e profissões, bem como à

construção de expectativas e significados, não raras vezes encontramos nele focos de polarização, ações e comportamentos que clamam quer por ajustamentos, quer por resistências. Quanto temos por referência velhos atores (isto é, organizações seculares como os sindicatos, por exemplo), um dos desafios contemporâneos que mais se lhes coloca é o da *abertura ao exterior*, isto é, um exercício de capacitação de outras identidades (muitas vezes emergentes), que clamam por voz no mundo do trabalho ainda que sejam recorrentemente deixadas à margem. As expressões “sindicalismo de movimento social” (Waterman, 1993, 1998), “novo sindicalismo social” (Waterman, 1999, 2012), “sindicalismo cidadão” (Véras de Oliveira, 2011) são apenas algumas a que subjaz esse propósito de abertura. Aliás, na literatura sobre recursos de poder sindical (Costa et al., 2020; Crouch, 2017; Lehndorff et al., 2017; Lévesque & Murray, 2010), a menção ao “poder societal” — assente na construção de narrativas orientadas para a sociedade como um todo (e não apenas para o mundo do trabalho *tout court*) e na construção de redes e coligações com outras organizações da sociedade civil que partilhem problemas comuns — faz-se acompanhar de uma ambição semelhante. Em sentido contrário, porém, a emergência de investidas populistas um pouco por toda a Europa contribui mais para a edificação de barreiras e extremismos do que para a convivência democrática e pacífica. Ou seja, tais investidas já não reclamam abertura, mas antes *fechamento face ao exterior*, já não são indutoras de adaptação, mas de resistência de molde a evitar o avanço de estratégias não democráticas e potencialmente colonizadoras do mundo do trabalho e da vida social.

Ora, os textos “A CUT — Brasil e a relação social com o movimento LGBTQIA+: desafios de revitalização sindical” e “Populismo de extrema direita e representação sindical em Portugal” incluídos neste Número Especial parecem precisamente convidar-nos a pensar os velhos protagonistas do mundo do trabalho na perspectiva de um “duplo movimento” (no sentido polanyano). De um lado, o sindicalismo é desafiado a flexibilizar posicionamentos e diálogos para não se deixar enredar em burocracias e imobilismos, contrapondo-se, assim, uma lógica de estagnação (que se pretende combater) a uma lógica de mudança (que se pretende adotar). É, em boa medida, este o propósito do texto de Vítor Santos de Godoi e de Fernanda Forte de Carvalho. Apoiados numa ampla documentação oficial produzida ao longo de mais de duas décadas pela maior central sindical brasileira — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) —, analisam as possíveis estratégias de articulação entre a CUT e o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Queers, Intersexos, Assexuais e demais identidades de género e orientações sexuais (LGBTQIA+). Ao mesmo tempo que contextualizam do ponto de vista sócio-histórico e sociopolítico os trajetos da CUT e do movimento LGBTQIA+,

centram-se, entre outras, em dimensões institucionais, de formação sindical ou de integração em redes emanadas dos discursos sindicais oficiais da CUT. Trata-se, no essencial, de pensar desafios de revitalização sindical, que recuperem uma certa essência do “sindicalismo cidadão” que esteve na origem da CUT e que agora busca reerguer-se em nome da efetivação de uma cidadania sexual inclusiva e ampliadora de direitos.

Do outro lado, o sindicalismo é desafiado a estar vigilante, a resistir, renovando o seu compromisso fundador com a “espada da justiça” que defende os fracos e desfavorecidos (Flanders, 1970; Gumbrell-McCormick & Hyman, 2013; Hyman, 2002) e com os princípios da cidadania e da afirmação democrática no trabalho (Hyman, 2016). Nesse sentido, o artigo de Hermes Augusto Costa e Raquel Rego, centrado no contexto português, procura alertar para os potenciais impactos negativos decorrentes do anúncio público (em agosto de 2022) da pretensão de criação do um sindicato (“Solidariedade”) por parte de um partido político em Portugal (o partido Chega), inspirado quer na experiência polaca dos anos 80 do século XX protagonizada por Lech Walesa, quer na iniciativa mais recente do partido Vox em Espanha. Ainda que essa “agenda populista” (que parece assumir maior preponderância junto das manifestações de polícias e outras forças de segurança) possa, em parte, constituir uma resposta às evidências de crise de representação que atingem o universo sindical, os autores argumentam que as origens do sindicalismo e os seus valores democráticos historicamente consolidados (emancipação, solidariedade, igualdade, representação coletiva democrática) estão nos antípodas do populismo. Mormente de um populismo de extrema direita que aumenta os riscos de erosão da solidariedade e de enfraquecimento generalizado de direitos laborais de orientação universal (Bieling, 2023; Hoffman & Meinardus, 2023) e que vem questionar, entre outros, o poder institucional dos sindicatos.

Mas como acabámos de referir, se os atores tradicionais são postos à prova por dilemas e dualidades a que estão sujeitos de forma centrípeta e centrífuga, as novas formas de trabalho são também um desafio para tais atores e profissões. Com efeito, a atividade socioprofissional contemporânea está preenchida por novos *modus operandi*, onde trabalho e tecnologia se encontram ao rubro em vários domínios, alguns deles, por sinal, articuláveis entre si: recurso a tecnologias avançadas e formas de *design* e protótipos em 3D promotores de individualização; plataformas digitais facilitadoras da maior rapidez e trabalho à distância; desenvolvimento da robótica adaptável a diferentes contextos, necessidades e serviços; redes de produção descentralizada; fragmentação cada vez mais generalizada de funções produtivas e cadeias de valor numa escala global; reconfiguração e mistura de fronteiras entre indústria e serviços e entre produção e consumo; processos

de criação/destruição de emprego, uma problemática recorrente ao longo da história do mundo do trabalho mas que a inteligência artificial está hoje a redesenhar sobre novas bases, numa lógica de aceleração cada vez mais pronunciada e incontornável; desestruturação das relações de emprego padronizadas; reconfiguração do tempo e do local de trabalho, assim como de identidades profissionais; papel do Estado, das políticas públicas e processos de regulação, etc. (Costa et al., 2022; Dufresne & Leterme, 2021; Estanque, 2023; Estanque et al., 2018; Marques, 2023; Marques et al., 2019; Marques & Silva, 2024; Rego & Costa, 2022; Rosa, 2019a, 2019b; Vandaele, 2024; World Economic Forum [WEF], 2016).

Num cenário (ou numa multiplicidade de cenários) em que a relação entre trabalho e tecnologia nos invade a um ritmo avassalador, destacam-se dois outros contributos para este número da *SOCIOLOGIA ON LINE* que estão precisamente em sintonia com as novas formas de organização do trabalho (Urze & Araújo, 2024). Seja tendo como pano de fundo o tríptico controlo algorítmico/consentimento/resistência, seja baseando-se em perceções subjetivas sobre os processos de hibridização do trabalho. Tomando por referência o contexto brasileiro, o artigo “Controle algorítmico e gamificação do trabalho de entregadores e motoristas por aplicativos no contexto brasileiro: consentimento e resistências”, de Cirlene Christo, Muza Velasques, Simone Oliveira, Letícia Masson, Márcia Teixeira e Sarah Amaral, centra-se nos impactos do controlo algorítmico exercido sobre entregadores e motoristas de transporte de passageiros, cuja atividade está sujeita a um processo de gamificação. Nos termos deste, a performance laboral está submetida à imprevisibilidade e a uma vigilância empresarial automatizada assente na extração e refinamento de dados. Diante de uma certa predisposição para o consentimento (uma oportuna referência a Michael Burawoy, um inspirador sociólogo global inusitadamente desaparecido em fevereiro de 2025), apenas justificável pela precariedade, informalidade e desemprego, as autoras não deixam de realçar os mecanismos de resistência contra a desprofissionalização daquelas atividades, abrindo espaço a alianças, cooperativas, redes de apoio mútuo.

Por sua vez, o artigo, “Modalidades híbridas e (re)centramento do trabalho: perceções de trabalhadores/as em contexto de pandemia”, de Ana Júlia Reis Weijde e Ana Paula Marques, centra-se nas modalidades híbridas de trabalho (recurso ao teletrabalho de forma exclusiva e/ou de forma alternada com o trabalho presencial), em resultado do contexto pandémico que as potenciou. Tendo por referência a realidade portuguesa, as autoras interrogam-se de que modo tais modalidades (que abrem caminho a zonas cinzentas/opacas potencialmente geradoras de maior individualização) estão a influenciar as vidas profissionais, familiares e pessoais dos trabalhadores, por um lado, e a serem geradoras de conciliação/

flexibilidade ou de conflito, por outro. Além de uma análise das vantagens e desvantagens do teletrabalho e do trabalho híbrido, as autoras aprofundam sobretudo as percepções de trabalhadores/as sobre o (re)centramento da sua experiência social de trabalho. A visão aparentemente mais otimista (traduzida em melhores indicadores de satisfação e motivação laboral) por parte de quem recorre ao teletrabalho e, sobretudo, por quem recorre a modalidades híbridas, parece apontar uma tendência. No entanto, como advertem as autoras, a carecer de mais estudos e análises complementares para se perceber se os seus impactos na qualidade de vida dos trabalhadores vão além de um carácter conjuntural.

Estas novas formas de trabalho e modalidades híbridas a que acabamos de nos reportar clamam, por si só, por mais e melhor diálogo entre velhos e novos atores, por mais e melhor negociação entre os distintos protagonistas que “fazem” as relações laborais. Em boa medida é de processos de governação do mundo do trabalho que falamos, mas igualmente de mecanismos de governo, democracia e liderança nos espaços empresariais. Por um lado, o diálogo social assume um papel cada vez mais urgente na atualidade, não só em contextos sociolaborais, como em cenários geopolíticos e geoestratégicos. No domínio do trabalho, das organizações e das profissões, esse desígnio é cada vez mais crucial. Na verdade, o diálogo social inclui “todos os tipos de negociação, consulta e troca de informações entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores sobre questões de interesse comum relacionadas com a política económica ou social” (International Labour Organization [ILO], 2013a, p. 39). De par com as normas internacionais do trabalho e os princípios e direitos fundamentais no trabalho, a criação de emprego e a proteção social são um dos quatro pilares estratégicos da agenda do trabalho digno (International Labour Organization [ILO], 2013b, p. 12). De entre os elementos-chave do diálogo social, devem destacar-se as escalas de análise em que pode ocorrer, o perfil dos atores nele envolvidos, os conteúdos em que se baseia, assim como os seus benefícios, mas também os obstáculos que adiam o seu sucesso (Costa, 2020). O modo de governo das empresas pode, igualmente, ser uma porta aberta para visões do mundo do trabalho mais inclusivas e participativas. Sobretudo porque o espaço para a participação feminina nos lugares executivos de governo das empresas (e inclusive das organizações de trabalhadores) tem sido recorrentemente subalternizado (Casaca, 2017; V. Ferreira, 2002). Por sinal, uma dificuldade e um desafio sentido ao nível das políticas públicas de igualdade de género, inclusive em setores estruturantes como a educação (Monteiro et al., 2024). Em nosso entender, a credibilidade do campo empresarial mostra-se cada vez mais necessária e o seu sucesso depende, em grande medida, da valorização da igualdade de oportunidades e do reconhecimento de mecanismos promotores dessa igualdade. Daí

que destacar exemplos de lideranças femininas seja um claro sinal de afirmação democrática e justiça laboral.

Ora, é nas reflexões sobre o governo das relações laborais, por um lado, e das empresas, por outro lado, que dois outros artigos deste Número Especial acabam oportunamente por desaguar. O texto de António Casimiro, Andreia Santos e João Pedroso, “Neocorporativismo, concertação e diálogo social: observações sobre a experiência portuguesa”, valoriza precisamente um conjunto articulado de contributos de complementaridade e interdependência conceptual entre neocorporativismo, concertação e diálogo social, considerados (na sua autonomia e no seu conjunto) como contributos decisivos para o fortalecimento da democracia. Partindo da problematização da teoria política do neocorporativismo e do seu contributo para a produção de dinâmicas institucionalizantes, os autores identificam momentos relevantes do desenvolvimento do neocorporativismo, da concertação e do diálogo social na Europa para, em seguida, se centrarem no cenário português. Assim sendo, analisam os momentos marcantes da concertação e do diálogo social em Portugal tecendo pertinentes ilações sobre: a compatibilização entre acordos subscritos *vs.* parceiros que os subscrevem; o alargamento das esferas de negociação (que, por vezes, pode ser utilizada como mecanismo de cooptação e legitimação de decisões políticas); a sua utilidade enquanto barómetro democrático, auscultador de dinâmicas de adaptação e transformação social.

Por seu lado, o artigo de Nuno Nora e Ana Paula Marques, “A sucessão organizacional nos negócios de carácter familiar da Região Norte: contributos para a visibilidade das administradoras em funções executivas”, confere visibilidade às lideranças femininas no quadro dos processos de sucessão organizacional em empresas familiares. Ao conferir visibilidade ao papel das mulheres em contextos de liderança empresarial, o texto enfatiza o papel do género nos processos de sucessão, por sinal uma matéria sobre a qual é escassa a literatura. Ao analisarem extensivamente uma base de dados composta por mais de doze mil empresas familiares do Norte de Portugal, os autores detetam um crescimento (mesmo que de pequena dimensão) da presença do número de mulheres Chief Executive Officer (CEO) nas empresas familiares e num contexto ainda muito cavado por processos de segregação feminina. O reforço da presença de lideranças femininas nos órgãos de governo das empresas, ainda que não anule a presença de uma cultura masculina impregnada, vai ao encontro do objetivo da investigação: procurar mostrar como uma nova geração de mulheres líderes qualificadas poderá estar a contribuir para maior profissionalização das empresas familiares.

Este Número Especial inclui ainda o artigo “O emprego nas organizações da economia social: o caso das Misericórdias do distrito de Évora” que faz uma incursão

pela conexão entre emprego e economia social. Esta relação é tanto mais importante quando é justo reconhecer que a imbricação do económico com o social e a valorização de “um espaço institucional animado por energias cooperativas, solidárias e recíprocitárias” (Namorado, 2017, p. 4) são elementos centrais da economia social. Aliás, a ideia de uma sociedade alternativa baseada em relações económicas altruístas ou de uma utopia construtiva erguida “contra os excessos do capital e em defesa do trabalho como valor social em si mesmo” (Garrido, 2023, p. 17) constituem boas razões para o desenho dessa conexão. Num mapa organizacional diversificado – onde se podem contemplar cooperativas, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, mutualidades, associações populares, fundações –, abre-se caminho a uma multiplicidade de iniciativas coletivas “que visam fins sociais com património privado” (Almeida, 2021, pp. 21-22). Sobretudo em momentos de crise de emprego, a economia social (e os seus “veículos”, como as empresas sociais) desempenham um papel relevante na promoção da empregabilidade, mas igualmente no combate à exclusão e à precariedade, em nome de uma sociedade mais justa e respeitadora da sustentabilidade ambiental e territorial (S. Ferreira, 2024).

Embora aqui por nós apresentado de forma autonomizada (e não de modo emparelhado como os anteriores), este texto, da autoria de Ana Costa e Maria Manuel Serrano, não deixa de estabelecer conexões com as reflexões anteriores. Quer porque se centra nos processos de criação de emprego em organizações da economia social e, ao fazê-lo, desafia implicitamente quer as velhas organizações do mundo do trabalho (e o modo como estas buscam mecanismos de proteção laboral), quer as novas formas de trabalho onde o combate às desigualdades e a consagração da justiça social e laboral está ainda longe de ser um dado adquirido. Quer porque permite olhar para processos de inovação, capacidades empreendedoras e formas de governação/gestão de recursos humanos que podem ser tidas como exemplos a reter. Com efeito, as autoras analisam a sustentabilidade e capacidade de criação de emprego de 15 Santas Casas da Misericórdia do distrito de Évora, como o propósito de assinalar constrangimentos, assim como de conferir visibilidade ao tipo de apoios de que dispõem para a contratação de recursos humanos essenciais ao cumprimento da sua missão. As práticas de recrutamento e seleção de pessoal, as modalidades de prestação de trabalho, as condições de exercício da atividade laboral, a política salarial, as parcerias com outras instituições (como o Instituto do Emprego e Formação Profissional) ou a presença feminina são alguns dos pontos realçados no texto.

Em resumo, o trabalho, as organizações e a profissões são quotidianamente confrontados, sob distintas formas, com processos de polarização (externos e internos) que são indutores de fraturas e desestruturações. Os artigos deste número da

SOCIOLOGIA ON LINE sinalizam temas e problemas, expõem dilemas e desafios, fazendo-o com espírito reflexivo e empiricamente fundamentado. Desse modo, ao depositarem confiança num mundo do trabalho marcado por uma transformação cada vez mais acelerada, dão testemunho das necessárias aberturas e adaptações que é preciso operar em distintas culturas organizacionais, tantas vezes atravessadas por orientações ideológicas e modelos de governação particulares. Mas igualmente sem perder de vista o espaço para as resistências e a luta por mais democracia e diversidade em nome de imperativos de justiça social.

Nota

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Almeida, F. (2021). Prefácio. In P. A. Morais (Ed.), *Visões da economia social – coletânea de artigos* (pp. 21-30). Texto Editores.
- Bieling, H. J. (2023). Trade unions and right-wing populism in Europe: challenges, strategies, experiences. In R. Hoffman, & M. Meinardus (Eds.), *Trade unions and right-wing populism in Europe* (pp. 8-37). Frierich Ebert Stiftung.
- Casaca, S. F. (2017). Women on boards in Portugal – the slow progress of the normative framework. In C. Seierstad, P. Gabaldon, & H. Mensi-Klarbach (Eds.), *Gender Diversity in the Boardroom: European Perspectives on Increasing Female Representations* (pp. 45-74). Palgrave Macmillan.
- Costa, H. A. (2020). Social dialogue and the future of work. In W. Leal Filho, A. Azul, L. Brandli, A. Lange Salvia, & T. Wall (Eds.), *Decent work and economic growth. Encyclopedia of the UN sustainable development goals* (pp. 1-11). https://doi.org/10.1007/978-3-319-71058-7_76-1
- Costa, H. A., Estanque, E., Fonseca, D., & Silva, M, C. (2020), *Poderes sindicais em debate: desafios e oportunidades na Autoeuropa, TAP e PT/Altice*. Almedina.
- Costa, H. A., Soeiro, J., & Miranda Filho, V. (2022), Sentidos, regulações e práticas de plataformação do trabalho em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (129), 85-110.
- Crouch, C. (2017). Membership density and trade union power. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 23(1), 47-61.
- Dufresne, A., Leterme, C. (2021). *App workers united. The struggle for rights in the gig economy*. European Parliamentary Group.
- Estanque, E. (2023). *Ressonâncias e sociologia pública. Ensaio sociológico sobre a sociedade portuguesa*. Vida Económica.

- Estanque, E., Costa, H. A., Fonseca, D., & Santos, A. (2018). Digitalização e precariedade laboral: novos desafios para o sindicalismo e os movimentos sociais no contexto português. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, 8(2), 589-621.
- Ferreira, S. (2024). As empresas sociais da economia social nas respostas às crises do emprego. In J. Caleiras, & R. M. do Carmo (Eds.), *O tripé inadiável: trabalho, emprego e proteção social em Portugal* (pp. 161-171). Mundos Sociais.
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 121-148.
- Flanders, A. (1970). *Management and Unions*. Faber.
- Garrido, Â. (2023). *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Tinta da China.
- Gumbrell-McCormick, R. & Hyman, R. (2013). *Trade unions in Western Europe: hard times, hard choices*. Oxford University Press.
- Hoffman, R., & Meinardus, M. (Eds.). (2023). *Trade unions and right-wing populism in Europe*. Frierich Ebert Stiftung.
- Hyman, R. (2002). The future of unions. *Just Labour*, 1, 7-15.
- Hyman, R. (2016). The very idea of democracy at work. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 22(1), 11-24.
- ILO, International Labour Organization. (2013a). Social dialogue interventions: What works and why? A synthesis review 2002-2012.
- ILO, International Labour Organization. (2013b). *Decent work indicators. Guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators* (ILO Manual, 2nd version).
- Lehndorff, S., Dribbusch, H., & Schulten, T. (2017). European trade unions in a time of crises: an overview. In S. Lehndorff, H. Dribbusch, & T. Schulten (Eds.), *Rough waters: European trade unions in a time of crises* (pp. 7-38). European Trade Union Institute.
- Lévesque, C., & Murray, G. (2010). Understanding union power: Resources and capabilities for renewing union capacity. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 16(3) 333-350.
- Marques, A. P. (2023). Contexto de pandemia e (dis)posições dos trabalhadores no “regresso” ao trabalho em Portugal. In R. Festi (Ed.), *A tragédia de Sísifo: Trabalho, capital e suas crises no século XXI* (pp. 239-264). Paco Editorial.
- Marques, A. P., Chaves, M., Serra, H., & Urze, P. (2019). Introdução: Imaginar “futuros” do trabalho, contextos e vivências subjetivas. *Configurações*, (24), 5-10.
- Marques, A. P., & Silva, J. E. (2024). Metamorfoses e subjetivação do trabalho digital em contexto de pandemia. In E. Estanque, A. Barbosa, & F. Maciel (Eds.), *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdades no capitalismo pós-Covid* (pp. 189-216). Universidade Estadual Paulista.
- Monteiro, R., Lopes, M., Vieira, C. C., Santos, C., & Ferreira, V. (2024). *Políticas públicas de igualdade de género na educação em Portugal: da legislação à difícil transposição prática* [livro eletrónico]. Centro de Estudos Sociais.
<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/116779?locale=pt>

- Namorado, R. (2017). *O que é a economia social?* Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social/FEUC.
- Rego, R., & Costa, H. A. (2022). *The representation of workers in the digital era: organizing a heterogeneous workforce*. Palgrave/Macmillan.
- Rosa, H. (2019a). *Aceleração. A transformação das estruturas temporais da modernidade*. Editorial Unesp.
- Rosa, H. (2019b). *Resonance. A sociology of our relationship to the world*. Polity Press.
- Urze, P., & Araújo, E. (2024). O admirável mundo novo da IA: explorando as visões de futuro de cientistas. In P. Urze, & E. Araújo (Eds.), *Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia: Olhares e Perspectivas* (pp. 87-122). Edições Tinta da China.
- Vandaele, K. (2024). *Inevitable, vulnerable, unprofitable: an inquiry into food delivery platforms in Europe*. European Trade Union Institute.
- Véras de Oliveira, R. (2011). *Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Annablume Editora.
- Waterman, P. (1993). Social movement unionism: a new model for a new world order. *Review*, 16(3), 245-278.
- Waterman, P. (1998). *Globalization, social movements & the new internationalisms*. Mansell.
- Waterman, P. (1999). The new social unionism: a new union model for a new world order. In R. Munck, & P. Waterman (Eds.), *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order* (pp. 247-264). MacMillan Press.
- Waterman, P. (2012). *Recovering internationalism. Creating the new global solidarity: labour, social movements and emancipation in the 21st century* [livro eletrônico]. Into Publishing Books.
- WEF, World Economic Forum. (2016). *The Global Information Technology Report 2016*. <https://www.weforum.org/reports/the-global-information-technology-report-2016>